

Sumário

Direito Constitucional	3
Direito Administrativo.....	3
Direito Financeiro.....	4
Direito Civil.....	5
Direito do Trabalho e Processo do Trabalho	5
Direito Ambiental e Urbanístico	5
Direito Processual Civil.....	6
Direito Tributário	6



Olá, pessoal! Tudo bem?

Aqui é **Ricardo Torques**, coordenador do Estratégia Carreira Jurídica e do Estratégia. Além disso, sou professor de Direito Processual Civil, Direito Eleitoral e Direitos Humanos.

Instagram: www.instagram.com/proftorques

E-mail da coordenação: ecj@estrategiaconcursos.com.br

Aguardo seu contato. ;) Dúvidas, críticas e sugestões são sempre bem-vindas!

Gostaria de lhes apresentar os **Questionamentos da Semana de PGEs**, que foi preparado com muito cuidado para que possa lhe ajudar nesse caminho rumo à aprovação.

Grande abraço,

Ricardo Torques

QUESTIONAMENTOS – SEMANA PGEs

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Os direitos fundamentais podem ser aplicados diretamente?
2. De que forma a aplicação de direitos fundamentais se diferencia da aplicação dos demais direitos?
3. Como se pode solucionar o conflito entre direitos fundamentais?
4. De que forma a previsão de direitos fundamentais na CF/88 se relaciona com a separação dos poderes?
5. Se a vontade do povo soberano é manifestada e a sua maioria que escolhe os seus representantes democraticamente eleitos para exercerem a função legislativa, por qual razão essa expressão não pode livremente alterar a ordem constitucional assim como faz com a ordem legislativa cotidiana?

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Bens Públicos. Discorra acerca das consequências jurídicas da ocupação de bem público por particular. Aborde, obrigatoriamente, a necessidade de autorização judicial ou de desforço imediato para a retomada do bem.
2. PAD: Discorra sobre os seguintes argumentos relativamente ao PAD:
 - a) legalidade da instauração do inquérito administrativo, uma vez que as investigações pela autoridade competente foram iniciadas a partir de denúncia anônima;
 - b) Necessidade de detalhamento da conduta e da capitulação legal das infrações na portaria de instauração do inquérito administrativo;
 - c) Nulidade por inobservância do prazo legal para a conclusão do inquérito administrativo;
 - d) Nulidade do inquérito administrativo, por ausência de defesa técnica por advogado;
 - e) bis in idem, se os mesmos fatos analisados no PAD são objeto de ação penal na qual ainda não há sentença;
 - f) utilização de prova ilegal, uma vez que a convicção foi formada com base em uma interceptação telefônica produzida no referido processo criminal, entre outras provas;
 - g) ocorrência de prescrição da pretensão punitiva, por terem decorrido mais de cinco anos entre a data da prática do fato e a data da aplicação da pena;

- h) possibilidade de análise pelo Poder Judiciário do argumento de injustiça e desproporcionalidade na aplicação da pena de demissão, ante a ausência de provas contundentes nos autos do PAD.
3. Responsabilidade Civil por Omissão. Posição do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Discorra acerca da responsabilidade civil do Estado por omissão na jurisprudência do STF e no STJ, apresentando exemplos de julgados das Cortes Superiores. Aborde, obrigatoriamente:
- a) Morte, suicídio e maus tratos do detento;
 - b) Atividade inerentemente perigosa;
 - c) Danos causados pelo comércio de fogos de artifício;
 - d) Danos causados em jornalista decorrentes de ação policial em manifestações públicas;
4. Intervenção do Estado na propriedade - Desapropriação Indireta. Discorra acerca da desapropriação indireta e do respectivo prazo prescricional.
5. Agentes Públicos - Remuneração, subsídio, teto, acumulação e restituição. Acerca da remuneração dos agentes públicos, faça um texto dissertativo acerca dos seguintes pontos:
- a) Teto remuneratório constitucional, aplicabilidade imediata, membros da magistratura estadual e possibilidade de os Estados adotarem como teto único 100% do subsídio dos Ministros do STF;
 - b) Acumulação de cargos e empregos públicos e aplicação do teto remuneratório constitucional. Aplicação do teto constitucional aos inativos.
 - c) Pagamento indevido aos servidores públicos e dever de restituição.

DIREITO FINANCEIRO

1. PEC 23/2021 – Principais aspectos da PEC dos Precatórios;
2. Aspectos jurídicos do endividamento subnacional;
3. Fundo de Participação dos Municípios e retenção de recursos pela União;
4. Emenda constitucional 109/2021;
5. Fundos patrimoniais – Lei n. 13.800/2019;

DIREITO CIVIL

1. Discorra sobre a ocupação indevida de bem público por particulares, tangenciando os efeitos jurídicos das acessões e benfeitorias realizadas por estes.
2. Disserte sobre os subprincípios da boa-fé objetiva.
3. A respeito da desconsideração da personalidade jurídica, discorra sobre as alterações implementadas pela Lei da Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019) no Código Civil.
4. Disserte a respeito da teoria do adimplemento substancial, e cite 02 (duas) hipóteses que o STJ entende inaplicável a teoria.
5. Aborde sobre a possibilidade da Administração Pública ser considerada consumidora, segundo a jurisprudência do STJ.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

1. Competências trabalhistas na Administração pública;
2. Terceirização de serviços e responsabilidade subsidiária da Administração;
3. Prerrogativas da fazenda pública no Processo do Trabalho;
4. Negociação coletiva pela Administração pública;
5. Execução contra fazenda pública no Processo do Trabalho;

DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO

1. Discorra sobre o princípio do desenvolvimento sustentável.
2. Discorra sobre as espécies de responsabilidade no âmbito do direito ambiental, pontuando suas características.
3. Discorra sobre o plano diretor, e sua importância para o desenvolvimento das cidades.

4. Discorra sobre Área de Preservação Permanente – APP e Reserva Legal, pontuando suas principais diferenças.
5. Discorra sobre a desapropriação urbanística, requisitos, competência e fundamentos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. O procurador é responsável pelos seus pareceres?
2. Honorários contra a Fazenda Pública: quando não aplicar a tabela do art. 85, §3º?
3. Quais as alegações defensivas possíveis em demandas de saúde?
4. Disserte sobre a suspensão de segurança e como ela pode ser um instrumento efetivo para o procurador.
5. Execução contra a Fazenda Pública: quais são as peculiaridades quando comparada à execução contra o particular?

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. A quem pertencem os recursos decorrente das receitas arrecadadas a título de Imposto de Renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por Estados municípios e DF, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviço?
2. O pagamento de aposentadoria e pensão aos professores inativos podem ser realizados com os recursos decorrentes do FUNDEB? Referidos gastos podem ser computados como gastos com manutenção e Desenvolvimento da Educação?
3. E a contribuição social previdenciária por estados e municípios em decorrência do vínculo jurídico de seus servidores: podem ser computados ou são considerados pagamento de aposentadoria e pensão?
4. A venda de medicamentos é fato gerador de ISS ou de ICMS?
5. O que se entende pela tese do século, julgada em 2021 pelo STF? A partir de quando valem seus efeitos?